

# Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964<sup>1</sup>

Political memoirs of the division of the PCB and the formation of PCBR in the pre-1964

Memorias políticas sobre la cisión del PCB y la formación del PCBR en el Pre-golpe de 1964

*Éder da Silva Silveira*

## Resumo

O artigo caracteriza o contexto das divergências que marcaram o PCB e que deram origem a movimentos e instituições dissidentes como a Corrente Revolucionária Nacional, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – e o PCdoB. São analisados documentos produzidos por órgãos da repressão, especialmente interrogatórios e correspondências que circularam pelos Serviços de Inteligência das Forças Armadas nas décadas de 1960 e 1970 e que compõem o acervo do Fundo de Políticas Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo que conduziu o recorte do texto foi o de compreender como teria ocorrido a entrada de Manoel Jover Teles no PCdoB por meio da análise de circunstâncias contextuais do pré-golpe de 1964.

*Palavras-chave:* Comunismo. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Dissidência comunista.

Manoel Jover Teles, o “Manolo”, foi um operário de minas de carvão de São Jerônimo-RS, ex-deputado estadual no RS pelo PCB, um dos fundadores do PCBR e um dos dirigentes do PCdoB que fora acusado de ter cooperado com a repressão para o episódio que ficaria conhecido como a “chacina da Lapa”, ou “queda do aparelho da Lapa”. O objetivo que conduziu o recorte do texto foi o de compreender como teria ocorrido a entrada de Manoel Jover Teles no PCdoB por meio da análise de circunstâncias contextuais do pré-golpe de 1964.

O Partido Comunista do Brasil, sob a sigla “PCdoB”, surgiu no início de 1962, como resultado de uma cisão ocorrida den-

\* Doutorando em História pela Unisinos, professor do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil.

Recebido 03/06/2012 - Aprovado em 10/08/2012

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.13n.2.3726>

tro do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>2</sup>. Vários trabalhos<sup>3</sup> identificam sinais dessa dissensão na década de 1950, quando o PCB optou em abandonar uma orientação política baseada na radicalização e na “pregação de uma violência revolucionária imediata”<sup>4</sup>, adotando, como reação às arbitrariedades do governo Dutra, outra posição que defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal, por um caminho pacífico e uma frente ampla, democrática e nacional, adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. Apesar de o Partido entender a vitória de JK como uma consequência da “unidade das forças democráticas contra as forças golpistas articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora”<sup>5</sup>, internamente, o pacifismo não ganhou a adesão de todos os militantes, transformando-se em um dos fatores causais do desacordo .

Um segundo fator que vem explicando a referida cisão, talvez o mais citado na historiografia, está relacionado ao impacto do Relatório Secreto de Kruschew, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, e que amplamente fora difundido na imprensa da esquerda<sup>6</sup> e na situacionista. Após a morte de Stálin em 1953, Nikita Kruschew, seu sucessor, apresentou o Informe Secreto no XX Congresso, ocorrido em fevereiro de 1956 que ao denunciar diversos crimes do stalinismo, abalou profundamente a estrutura do PCB. “O desmascaramento de Stálin”, como ficaria na memória de diversos militantes, modificaria olhares e sentimentos em relação ao stalinismo enquanto modelo para os revolucionários comunistas. Conforme recorda Jacob Gorender:

Isso foi um choque muito grande. Porque Stálin, em vida, para os comunistas, era um super-homem, um sábio, um justiceiro. E depois ele morre, e pouco depois o Kruschew desmascara. Ele era um homem arbitrário, cometeu atrocidades contra companheiros, exílios, até torturas. Então, ele passou a ser visto de outro prisma<sup>7</sup>.

A despeito da turbulência gerada nesse panorama, particularmente em relação à identidade e à orientação política, o PCB manifestou-se de forma a apaziguar decepções, buscando certa manutenção das representações cultuadas em torno da URSS e que até aquele momento dava ao Partido certo poder de coesão. Em 24 de novembro de 1956, no jornal *Voz Operária*, Luís Carlos Prestes publicava o texto que ficaria conhecido como “Carta rolha”, salientando aos companheiros comunistas:

São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo<sup>8</sup>.

Na mesma carta, Prestes reafirmava de forma incisiva que “a unidade em torno do comitê central é sagrada para todos os comunistas”<sup>9</sup>. Nesse contexto, o núcleo dirigente buscou manter a unidade não apenas por intermédio da publicação de artigos de orientação ideológica e comportamental, mas, principalmente, iniciando uma ofensiva aos jornais por publicarem textos que conclamavam o partido ao debate, assinados por militantes desolados pelas denúncias do Relatório Kruschew e pela demora do PCB em manifestar-se oficialmente em relação ao assunto.

Oswaldo Peralva, ex-militante do PCB que teve forte atuação como jornalista e diretor de órgãos da imprensa comunista, desligando-se do Partido e de sua ideologia em 1957, em suas memórias denunciou a situação em “O retrato”<sup>10</sup>. De acordo com Peralva, a discussão sobre assuntos ventilados no XX Congresso tomava cada vez mais espaço nas redações dos jornais, enquanto a direção do PCB, de fevereiro a setembro de 1956, mantinha-se “muda”, com “a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse”<sup>11</sup>. Peralva informa que houve uma combinação para que Maurício Pinto Ferreira, do jornal *Emancipação*, escrevesse à *Voz Operária*, estranhando a calma que reinava no Partido em relação às denúncias do XX Congresso do PCUS e que, por outro lado, João Batista de Lima e Silva, redator da *Voz Operária*, respondesse ao texto de Maurício, iniciando, assim, um debate entre e nos jornais. Conforme Peralva, o artigo de João Batista intitulado “*Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças*” foi publicado simultaneamente na *Voz Operária* e na *Imprensa Popular* em 6 de outubro de 1956, causando ira nos membros do Comitê Central que atacariam o fato classificando-o como “indisciplina”, “perigo liquidacionista”, “revisionismo”, etc. A publicação do artigo de Batista parece ter tido efeito de pólvora em incêndio que se mostrava discreto. Logo, eram publicadas cartas com menções de apoio, acirrando ainda mais os ânimos dentro do PCB. Oswaldo Peralva cita, por exemplo, uma carta do romancista Jorge Amado que, segundo ele, dirigia o jornal literário *Para Todos* e que, na ocasião, enviou a correspondência apoiando Batista. Publica-

da na *Imprensa Popular* na semana seguinte, as palavras de Jorge Amado diziam:

“Meu querido Batista:

Venho de ler teu artigo na *Voz* (Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças) e apresso-me em trazer-te meu abraço e minhas felicitações. Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está ‘em todas as cabeças’ e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede toda a ação, todo o trabalho, pois ninguém pode ter entusiasmo (falo, é claro, de gente honesta e sã e não de oportunistas e carreristas) quando se sente cercado de sangue e lama e quando as consciências exigem que uma profunda, clara, completa e absolutamente livre análise dos erros seja feita, e de público, da qual todos nós participemos, desde o mais alto dirigente até a grande massa, que é a nossa própria razão de existir[...]”<sup>12</sup>.

A exemplo da carta de Jorge Amado, muitas outras surgiram e serviram para que o debate se alastrasse, assim como as críticas e as divergências entre os “camaradas”. Além da sensação de “sangue e lama”, que abalaria a consciência de muitos comunistas brasileiros como se estivessem manchados a partir da leitura do Relatório Krushev, o centralismo que caracterizava as tomadas de decisões na rígida estrutura partidária, também, passou a ser questionado com mais força, pois passou a representar um resistente obstáculo para que a “profunda, clara, completa e livre análise dos erros” fosse realizada.

Os posicionamentos dos comunistas brasileiros iriam diminuir ou perder força a partir da “Carta rolha”. Militantes foram expulsos e muitos ficaram afastados de determinados setores e funções e as redações de jornais passaram a sofrer interferência do

núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e censurar tais manifestações. Sobre esse aspecto, Peralva salientou a violência utilizada pelo “núcleo dirigente” ao invadir a redação da *Imprensa Popular*: “quebraram o jornal-mural dependurado numa parede, insultaram os redatores e tentaram agredir-los”<sup>13</sup>. Além das medidas tomadas em relação à *Imprensa Popular*, Peralva destacou ainda a demissão do diretor da *Voz Operária* que, no conjunto de ações do partido, deixava “todos atemorizados com as demonstrações de força do núcleo dirigente”<sup>14</sup>. Essas demonstrações alcançaram seu ápice quando, em abril de 1957, o comitê central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema da unidade partidária e o fim dos debates divergentes. Desse modo o jornal *Voz Operária*, em 20/04/1957, sentenciava que “nenhum comunista pode, assim, atuar fora da organização partidária a que pertence ou colocar-se à sua margem para emitir opiniões pessoais e manifestar divergências” porque tais comportamentos significariam “golpear a unidade do Partido”, bem como o “desenvolvimento de trabalho fracionista”<sup>15</sup>. O Relatório Krushev evidenciava, então, um dos motivos mais citados da cisão que originaria o PCdoB: o conflito entre stalinistas e anti-stalinistas.

Em relação ao tema da divisão do PCB da década de 1950, também existe a dissertação de Valter Pomar<sup>16</sup>. Conforme sua observação, a maioria dos trabalhos explica a separação como “resultado de três variáveis fundamentais: o conflito entre ‘stalinistas’ e ‘anti-stalinistas’ no interior do Partido Comunista; o conflito entre as linhas ‘soviética’ e ‘chinesa’; e o conflito entre a ‘via pacífica’

e a luta armada”<sup>17</sup>. A análise do autor sublinha que a explicação sobre a cisão ganha mais sentido se considerarmos que a visão que os comunistas do Brasil tinham acerca da realidade brasileira sempre demonstrou ambiguidade.

Tal ambiguidade pode ser sintetizada numa frase: o “comunismo” brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais “desenvolver o capitalismo”. O pressuposto - presente, mas não indispensável - diz respeito ao caráter feudal, semifeudal ou colonial da sociedade brasileira: nesta linha interpretativa, o Brasil sofreria mais por falta de capitalismo do que por sua ação<sup>18</sup>.

A duplicidade, referida pelo autor, poderia ser sintetizada na proposta de desenvolver o capitalismo primeiro. Entretanto, não é a ambiguidade que nos parece “estratégica”, mas sim a estratégia para alcançar o socialismo que foi ambígua: chegar ao socialismo passava por desenvolver o capitalismo.

Outra característica do movimento comunista brasileiro estava relacionada, conforme evidenciou Valter Pomar, nas interpretações assumidas sobre o Brasil, especialmente a respeito das estruturas e conjunturas de sua “realidade”. De acordo com essas interpretações, os partidos comunistas definiam estratégias a partir das orientações recebidas sobre o caminho que levaria à revolução que implantaria o socialismo no país. Passemos, nesse sentido, a uma pequena digressão.

Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”<sup>19</sup> brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Krushev (principalmente antes), geralmen-

te ficavam em consonância com as teses ou orientações da III Internacional e do PCUS.

A III Internacional Comunista<sup>20</sup>, conhecida também como “Comintern”, em seu VII Congresso (1935) aprovou teses que deram orientações aos comunistas em relação aos caminhos a adotar nos “países coloniais e atrasados”, visando à realização da Revolução Socialista. A rigor, a partir das orientações do Comintern ficou definido que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas”. Ao mesmo tempo em que se deveria ampliar a luta contra o fascismo, tornava-se imperativo aumentar a defesa da liberdade, da paz e do socialismo, com uma política de “frentes populares” que, por sua vez, dava-se por meio da “união” com outros setores, como o da burguesia nacional. Essa “política de unificação nacional” era vista como necessária, considerando a ideia que a primeira etapa da Revolução deveria ser “progressiva e pacífica”, como diria Prestes (SEGATTO, 1989, p. 61). No Brasil, por exemplo, o PCB apoiou no início da década de 1940 o governo de Getúlio Vargas no contexto da 2ª Guerra Mundial, quando se combateu o nazifascismo. Acreditava-se, de forma preponderante, que não existia no Brasil as condições capitalistas de produção necessárias à Revolução. Internamente, sobretudo a partir das teses da III Internacional, via-se o Brasil como uma nação “atrasada” onde predominavam “relações feudais” ou “semifeudais”, principalmente por dominar no país o latifúndio, bem como monopólios em diversas áreas de empresas oriundas de países imperialis-

tas. Assim, ao atentar que tal ambiguidade estratégica poderia ser sintetizada na frase “o comunismo brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais desenvolver o capitalismo”, Valter Pomar chamou a atenção para o olhar da esquerda comunista sobre o Brasil que, em mais de um momento, definiu sua conduta de apoio às burguesias locais para que o país entrasse em uma etapa “realmente capitalista”, imprescindível para que a Revolução Socialista então ocorresse. Mesmo depois da dissolução do Comintern, em 1943, essa tendência seria recorrente. Foi o caso, por exemplo, da postura do PCB em relação ao governo de Juscelino Kubitschek. Desse modo, no contexto de desenvolvimento industrial dos anos JK, como referiu Deusa Maria de Souza, a direção do PCB acatou as teses do XX Congresso do PCUS, de autoria de Krushev. Teses que “apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica, direcionando para uma reconciliação entre burguesia e operariado”<sup>21</sup>.

Por conseguinte, como esclareceu Valter Pomar, bem antes da cisão de 1962, conviviam “duas almas do comunismo, uma moderada e outra radical, mas ambas etapistas”, e que “alternavam-se no comando do Partido”<sup>22</sup>. Para o autor, elas

[...] desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programas partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico<sup>23</sup>.

Em consequência disso, para Pomar “o Partido realizava correções periódicas em sua “linha”, [...] produzindo um movimento pendular: da luta pela derrubada de Vargas à política de União Nacional [...]” e, assim, sucessivamente. Entretanto, além das influências da III Internacional e do PCUS, os comunistas brasileiros, também, orientaram-se por meio de uma produção intelectual que surgia dentro do próprio Partido. É necessário lembrar que internamente, o PCB, também, alimentava-se de produções e posicionamentos intelectuais que, conforme explicou Jacob Gorender, “originaram orientações de pensamento traduzidas em dissensões políticas e cisões organizativas”. Dentre outros exemplos, Gorender citou a grande recepção de “A revolução brasileira”, livro de Caio Prado Junior, publicado em 1966, no qual o autor observa que se “massacraram a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do país e as consequentes ‘sobrevivências feudais’ na atualidade”<sup>24</sup>.

Como não é objetivo realizar uma síntese das “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”, retornemos a uma das principais interrogações de Valter Pomar – “por que nos anos 1960 tornar-se-ia cada vez mais difícil compatibilizar, numa mesma organização, a ambiguidade estratégica característica do movimento comunista brasileiro?” – Valter destaca como resposta o “papel que a conjuntura do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 jogou na constituição do PCdoB”. Para ele, “é nesse período que se condensam as contradições que desembocaram no movimento pelas reformas de base e na ditadura militar de 1964”. Um período que apresentou “um processo de diferen-

ciação social e radicalização política do conjunto das classes sociais existentes no Brasil, em particular da classe trabalhadora e dos chamados setores médios”, bem como uma “radicalização visível no seu comportamento social e político, na condução de suas organizações sindicais e partidárias”<sup>25</sup>. Ainda considerando que, essa conjuntura teve um peso na cisão que constituiria o PCdoB em 1962, fato é que o pacifismo como estratégia nunca ganhou a adesão de todos os militantes e transformou-se, sobretudo após o “desmascaramento de Stálin”, em um dos fatores causais da dissensão.

Um terceiro fator explicativo da separação que dera origem ao PCdoB estaria nas divergências sobre as definições ideológicas. Uma ala optava por uma linha chinesa e outra defendia permanecer com a orientação soviética. Jean Rodrigues Sales, assim como Valter Pomar, observou que essa causa sofre de duplo anacronismo. Primeiro porque “entre 1956 e 1962 as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas” e porque, “ao surgir em 1962 o PCdoB não estabeleceu relações preferenciais com nenhum partido comunista”<sup>26</sup>. Segundo, “é o fato da ruptura pública entre os chineses e os soviéticos não se ter dado antes de 1963, portanto, após a fundação do PCdoB”<sup>27</sup>.

Um quarto fator estaria na divergência de interpretações quanto à forma como deveria acontecer a “revolução” no Brasil. Basicamente, as opiniões dividiram-se em dois polos, o da via pacífica e da luta armada. Da mesma forma, Sales sublinha que se trata de outra ideia de difícil sustentação. Em atenta leitura do “Manifesto Programa” do Partido<sup>28</sup>, Sales já concluíra que

[...] diferentemente do que é apontado pela quase totalidade dos trabalhos sobre o PCdoB, o partido não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação antes do golpe de 1964, o que só faria, não sem dificuldade, no decorrer da segunda metade da década de 60.<sup>29</sup>

O desenlace desse processo de lutas internas dentro do PCB é marcado pela divisão dos comunistas brasileiros em dois grupos. Um liderado por Luís Carlos Prestes e, o outro, sob liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. O Comitê Central do grupo liderado por Prestes, que fora eleito durante o V Congresso do PCB, tentando “descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização visando à legalização”<sup>30</sup>, aprovou em uma Conferência Nacional, ocorrida em 1961, novos estatutos para o partido, abolindo dos textos referências expressões como “marxismo”, “leninismo”, “ditadura do proletariado”, etc., e alterou o nome original do PCB – “Partido Comunista do Brasil” – para “Partido Comunista Brasileiro”, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB). O grupo liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, em fevereiro de 1962, elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com criação de outros estatutos, mantendo o nome original – “Partido Comunista do Brasil” – porém, com a adoção de uma nova sigla: “PCdoB”. Nascia, assim, o PCdoB<sup>31</sup>.

No que diz respeito às motivações da cisão do PCB que originou o PCdoB, é importante, também, ratificar as observações de Jean Rodrigues Sales quando sublinhou o “papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária”, acrescida da prática de expulsões de militantes

como resolução das divergências dentro do Partido. Para Sales, “é possível afirmar que a cisão de 1962 é mais um capítulo da longa tradição de expulsões no PCB”<sup>32</sup>. Característica dos partidos comunistas, a expulsão de um membro do partido por se mostrar contrário às determinações e orientações do grupo dirigente servia como importante elemento de controle e um instrumento eficaz para a manutenção de um poder disciplinar que, centralizado no núcleo dirigente, operacionalizava juntamente com outros fatores, formas de manter a coesão partidária.

O golpe militar de 1964 acirrou ainda mais os ânimos dos descontentes com a política pacifista da direção do PCB, presente nas diretrizes do partido desde o IV Congresso, realizado em 1958, e reafirmadas no V Congresso, em 1960. O golpe militar, assim como o Relatório Kruschchev, trazia novamente a necessidade de uma discussão “profunda, clara, completa e livre [de] análise dos erros”, como disse Jorge Amado em 1956.

Após o golpe militar, somaram-se aos motivos da cisão dentro do PCB os posicionamentos críticos de Jacob Gorender, Manoel Jover Teles, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos, Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, que arrazoaram o Comitê Central do Partido por não ter preparado seus militantes para resistir ao golpe militar. Jover Teles, Gorender e outros militantes permaneceriam no Partido após a separação e, depois do golpe de 1964, articulariam dentro do PCB uma corrente crítica ao Comitê Central, até serem expulsos em 1967.

Em maio de 1964 a Comissão Executiva do PCB realizou em São Paulo o seu primeiro pronunciamento após o golpe militar,

intitulado “Esquema para discussão”. Tratava-se de um escrito que propunha pensar uma mudança de orientação. Trechos desse documento podem ser lidos no Inquérito Policial Militar 709:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação [...]. É necessário analisar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.<sup>33</sup>

Ilhados no Rio de Janeiro, recordou Gorender, apenas “Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva”<sup>34</sup>. Como a maior parte da direção do PCB estava fora do Rio e como Prestes não tinha segurança para a locomoção necessária, criou-se uma situação “muito efêmera” que possibilitou que a “maioria de esquerda” elaborasse o “Esquema para discussão”. Todavia, com as prisões de Marighella e Mário Alves, em maio e junho de 1964 respectivamente, o “Esquema” seria revogado a partir do retorno de Prestes e de outros membros da direção às reuniões. A partir daí, novamente como em 1956, qualquer tentativa de avanço de proposições autocríticas sobre o pacifismo seria proibida e, de certa forma, controlada pela direção do

Partido. Assim, outra vez em nome da “unidade”, o PCB buscou desarticular a necessidade de discussão e avaliação dos erros do Partido, dessa vez no contexto do golpe militar, passando a designar tarefas em outras cidades ou estados aos principais militantes envolvidos no movimento de autocrítica. Foi nessa conjuntura, por exemplo, que Jacob Gorender foi designado pela Direção Nacional do Partido para atuar no Rio Grande do Sul e Mário Alves, após sair da prisão, encarregado para agir em Belo Horizonte<sup>35</sup>.

Em maio de 1965, ocorreu em São Paulo, a primeira reunião do Comitê Central do PCB depois do golpe militar. Nela, a linha política do V Congresso do PCB (1960), baseada na aliança de longo prazo e no pacifismo, foi ratificada sob a alegação de que havia sido mal aplicada. “A causa da má aplicação” na visão dos dirigentes, endossa Gorender, teria sido o desvio de esquerda, “expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças”, ou “avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo, etc.”<sup>36</sup>. Esse “desvio de esquerda”, na referida reunião, foi caracterizado ou denominado de “golpismo”. Nesse contexto, Jover Teles estava dentre os militantes acusados de “golpistas”. Sobre esse episódio, registrou Gorender:

Havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo. Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentraram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados<sup>37</sup>.



Após a referida reunião, Gorender, Mário Alves, Manoel Jover Teles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos decidiram permanecer no PCB para “travar uma luta interna, sem ilusão em triunfo”. Assim, nacionalmente, “a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária, ou simplesmente Corrente”<sup>38</sup>.

Assertivamente, Gustavo Falcón definiu a Corrente como uma “heterogênea tendência crítica desenvolvida no interior do PCB”<sup>39</sup>. Porém, diferentemente desse autor que indica a origem da Corrente em 1966, entendemos que suas origens, enquanto “tendência crítica” no interior do partido, data de período anterior, já nos anos 1950, quando o posicionamento crítico de uma parcela de militantes tendia a não mais aceitar a estratégia de ação assumida pelo Comitê Central do PCB. Como vimos anteriormente, antes mesmo dos anos 1960 já havia dentro do PCB um grande problema de coesão partidária, acentuado especialmente a partir de 1956 com o Relatório Kruschew. As críticas ao Comitê Central do PCB na década de 1950, portanto, não podem estar dissociadas da gestação da Corrente, marcada por um processo mais lento e que se fortaleceria depois do golpe militar. Conforme Jarbas Amorim, em depoimento à polícia, a Corrente Revolucionária Nacional resultou dos seguintes pontos básicos:

- a) A partir das divergências internas do modo como o PCB vinha encaminhando as discussões e soluções dos erros cometidos pelo Partido até 1964;
- b) O Comitê Central do Partido queria solucionar sozinho todos os problemas, refutando opiniões de militância – os demais membros do Partido ressentiam-se com tal fato.<sup>40</sup>

O momento em que a gestação da Corrente tornou-se mais visível ocorreu no contexto da elaboração do “Esquema para discussão”, quando a discordância e o ressentimento gerado pelas medidas adotadas pelo Comitê Central na reunião de maio de 1965 levaram os militantes supracitados a travar uma oposição interna à direção do PCB. A partir de 1966, percebe-se o início de um processo de autocritica por aqueles que seriam os dissidentes do PCB, sinalizando, então, a consolidação da “Corrente”, não a sua origem.

A rigor, a divisão do PCB materializava-se com mais intensidade a partir de 1966 e esta, não obstante, poderia ser descrita de forma peculiar por alguns militantes. Um Boletim Reservado do DOPS do Rio de Janeiro reproduzia, em 29/06/1966 a seguinte informação:

Batistinha teria dito a seus companheiros (em tarefa para reorganizar o PC junto aos ferroviários em SP) que o partido está dividido em 3 facções, assim discriminadas:

- 1- A que quer alcançar o poder pela força, chefiada por Mário Alves e Jacob Gorender;
- 2- A chefiada por Luis Carlos Prestes e Giocondo Dias;
- 3- E a linha dos oportunistas, nos quais somente interessa “fazer finanças”, chefiada por Manoel Jover Teles e Ivan Ramos Ribeiro [...].<sup>41</sup>

Embora não saibamos quem era Batistinha, percebemos por intermédio da informação que não podemos falar em uma imagem homogênea sobre a cisão pelos militantes naquele momento. Ainda que, Manoel Jover Teles e Jacob Gorender estivessem no mesmo grupo a favor da radicalização do processo revolucionário, a visão sobre Teles

era no mínimo depreciativa comparada com a que se tinha de Goreneder.

O ressentimento parece ter acompanhado a trajetória e a memória de muitos militantes de movimentos de esquerda no país, especialmente dos partidos comunistas. Para David Konstan, é geralmente um “sentimento duradouro, não fugaz”; ele “é cultivado e acalentado”<sup>42</sup> e, em relação ao projeto comunista naquele período, também vinculado ao sentimento de frustração pela “derrota” da “Revolução”, sobrepujada de alguma forma pelo golpe militar de 1964. Muitos comunistas do Brasil, particularmente no contexto das cisões e dissidências da década de 1960, demonstraram ressentimento em suas memórias e depoimentos, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central.

Alguns depoimentos de presos políticos encontrados no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – corroboram essa percepção sobre a organização da Corrente, citada nos documentos policiais como Corrente Revolucionária Nacional. O depoimento de Jarbas Amorim, expulso do PCB em 1967 por ter discordado das teses do VI Congresso Nacional do Partido, é um exemplo.

O poder disciplinar do núcleo dirigente do Partido manifestava-se, como dissemos anteriormente, em diversas situações, especialmente quando o militante mostrava-se contrário às determinações e orientações do Comitê Central, ou quando não apresentava comportamento adequado aos programas e estatutos do Partido. O auge dessa manifestação dava-se nas sessões de crítica e

autocrítica e nas expulsões de militantes dos quadros do Partido. Como as tendências críticas no interior do PCB cresceram bastante a partir da década de 1950, não foi por acaso que, no Brasil, “a partir dos anos 50 é que o partido passou a enquadrar e a disciplinar a vida privada do militante”<sup>43</sup> com mais afinco. O núcleo dirigente passou a controlar e disciplinar os militantes de forma mais incisiva e repressiva, justificando sua postura na necessidade de manter (ou buscar) a unidade. Assim, opiniões de muitos militantes eram desconsideradas, causando ressentimentos como o de Jarbas Amorim. Desse modo, o ressentimento pode ser melhor compreendido a partir da definição dada por Roger Petersen, como “a emoção que deriva da percepção de que o grupo ao qual se pertence está em uma posição injustamente subordinada em uma hierarquia de *status*”<sup>44</sup>. Foi com essa percepção que a Corrente Revolucionária deu origem a outros partidos e movimentos<sup>45</sup>.

Geraldo Seixas Patrício, interrogado em abril de 1974 no DOI-CODI I Exército<sup>46</sup>, citou oito pontos em que os militantes da Corrente discordavam em relação ao PCB. Para ele, “a linha política do PCB era deformada e oportunista”, pois o partido “seguia cegamente as instruções da Rússia e da China sem saber se as mesmas adaptavam-se ao Brasil”<sup>47</sup>. Desse modo, um dos pontos de discordância era em relação à linha política. Para os membros da Corrente ela deveria estar “dentro da realidade nacional, sem sofrer pressões comunistas da China e Rússia”<sup>48</sup>. Além disso, disse o depoente:

- que a direção nacional do PCB não tinha nenhum operário, representante autêntico das massas; que o PCB tinha se comportado até 1964 como se estivesse no governo, cometendo erros primários e facilitando com a segurança do Partido; que os dirigentes do PCB mantinham ligações com os Partidos Comunistas da China e da Rússia com a finalidade de receberem ajuda financeira para desfrutarem de “boa-vida”; que o PCB preocupava-se muito em eleger deputados, a fim de ganhar prestígio e dinheiro; que os deputados, depois de eleitos, não defendem as linhas políticas do Partido; que o PCB tinha se centralizado demais no CGT e nos sindicatos, ao invés de formar mais bases nas fábricas; que o PCB tinha se preocupado unicamente com o trabalho de conscientização de massas, refutando a preparação militarista; que o PCB preocupava-se muito em arrecadar finanças para manutenção dos militantes profissionais do Partido [...]”<sup>49</sup>.

No mesmo interrogatório, Geraldo relata que foi por meio de Manoel Jover Teles, “membro da Direção Nacional da Corrente”, que ficou sabendo do processo de formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. Segundo ele, a notícia teria sido esclarecida por Jover Teles, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1967, pois “o PCBR em meados dos anos 60 era estruturado no setor dos metalúrgicos em organizações de base (sindicatos)”<sup>50</sup>. Como membro da “Direção Nacional da Corrente”, Jover Teles mobilizava militantes e sindicalistas (alguns membros da corrente eram sindicalistas) para a organização e composição da Direção Nacional do novo partido, o PCBR. Percebemos que, se uma das críticas feitas ao PCB era a ausência de um operário, um “autêntico representante das massas” na Direção Nacional, Jover Te-

les, desse modo, possuía um capital simbólico potencial<sup>52</sup> dentre os dissidentes. Como havia sido operário e oriundo de família operária das minas de carvão do Rio Grande do Sul, carregava consigo essa qualidade, uma espécie de distintivo para galgar altos cargos em uma estrutura partidária comunista naquele contexto. Uma vez que sua ascensão dentro do PCB fora interrompida com a dissidência seguida de expulsão, sua condição identitária de operário contribuía-lhe positivamente no “currículo”, de forma que não se ausentou do universo comunista, ou pelo menos não foi rebaixado nas redes hierárquicas desse universo depois que fora expulso do PCB.

Jarbas Amorim salientou que Manoel Jover Teles era membro do secretariado do Comitê Central do PCB e que foi favorável à dissidência em 1967, ocasião na qual colaborou para a organização do PCBR. Foi em uma reunião ocorrida em outubro de 1967, em um Aparelho em Niterói, que membros da Corrente Revolucionária realizaram uma conferência que decidiu “lutar pela formação de um novo partido com centralização democrática”<sup>53</sup>.

Faziam parte da comissão de elaboração e preparação da Conferência de criação do novo partido: Manoel Jover Teles (“T. J. Paulo”; “Rui”), Armando Teixeira Frutuoso (“Juca”), o depoente e Jader de tal (“Jadir”); que Jader de tal (“Jadir”) abandonou a comissão antes da conferência; que Apolônio Pinto de Carvalho (“Lima”; “Alves”; “Neves”, “Ivo”) foi eleito para a Comissão na vaga deixada por Jader de tal; que tentaram trazer Carlos Mariguela e não deu certo.<sup>54</sup>

Foi nesse contexto de mobilização da Corrente, após divulgação das teses do VI Congresso realizado em dezembro de 1967, que Jarbas Amorim e outros militantes foram expulsos do PCB. Dentre os expulsos do “Partidão”, em 1967, estavam Manoel Jover Teles, Carlos Maringhella, Gorender, Mário Alves e outros, todos favoráveis a uma estratégia revolucionária de luta armada para o Brasil<sup>55</sup>.

Voltando ao processo de formação do PCBR, a leitura de cinco interrogatórios policiais do Fundo de Polícias Políticas do APERJ<sup>56</sup>, também, permite perceber que algumas divergências foram intensificadas no interior da própria Corrente, especialmente em relação aos caminhos que deveriam ser assumidos para se fazer a Revolução. Perante as punições e intervenções aplicadas pelo PCB, sobretudo a partir de setembro de 1967, os membros da Corrente realizaram uma reunião nacional em outubro, na cidade de Niterói. A partir do encontro de outubro de 1967, os grupos heterogêneos que compunham a Corrente dividiram-se originando diferentes organizações políticas conforme já mencionado. Enfatizaremos apenas uma dessas organizações, o PCBR, por ter sua trajetória cruzada com o percurso de Jover Teles em alguns momentos.

A conferência de criação do PCBR, conforme relatou Amorim, ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 1968. As principais resoluções do novo partido ficaram assim resumidas:

- a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro - conscientização

ideológica; segundo - preparação militarista, com vistas a uma revolução armada;

- b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária;
- c) preparação de infraestrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural<sup>57</sup>;

A ênfase das primeiras resoluções do PCBR, como podemos perceber no excerto acima, estava na oficialização de uma ruptura com a postura do PCB baseada no etapismo pacifista. Já na Conferência de organização do novo Partido ficava claro que o PCBR assumia a linha da luta armada e que era necessário preparar quadros nesse sentido. Na mesma Conferência de criação do PCBR foram distribuídos os cargos de direção da nova instituição. Tais cargos foram citados explicitamente na documentação pesquisada no Fundo de Polícias Políticas do APERJ, contrariando a conclusão precipitada de Renato da Silva Della Vechia em sua dissertação de mestrado, quando disse que “como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes ‘frios’, a reconstituição das direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos”<sup>58</sup>. De acordo com o interrogatório 1969/1974, por exemplo, a configuração da direção do PCBR havia ficado da seguinte forma:

- a) Comissão Executiva (equivalente a Direção Nacional):
  - Nilo;
  - Apolônio Pinto de Carvalho;
  - Mario Alves de Souza Vieira (Martim Silva; Vila; Silveira);
  - Miguel Batista dos Santos (Rodrigo);

- Bruno Costa Albuquerque Maranhão (Paulo);
  - Salatiel Teixeira Rolins (Julio; Pena Forte);
  - Jacob Gorender (Sabino; Gonçalves; Valter, Geraldo);
  - Manoel Jover Teles (T. J. Paulo; Rui);
  - o depoente;
- b) Primeiro Secretariado:
- Mario Alves, o depoente, Apolônio, Miguel e Manoel Jover Teles<sup>59</sup>.

Entre os dias 25 e 30 de abril de 1968 foi realizada a primeira reunião da Comissão Executiva do PCBR. Geraldo informou à polícia que a reunião ocorreu em um apartamento em Del Castilho, Rio de Janeiro, e que durou um dia. Além disso, citou nomes de militantes que lá haviam comparecido, dentre eles Jover Teles. Nesse encontro, que serviria para formalizar a existência do novo Partido, foi discutida a organização de um plano de trabalho para o PCBR. Um mês depois, em maio, Geraldo relatou que houve um “racha” dentro do Partido quando “Manoel Jover Teles (T. J. Paulo; Rui), Helena Boaventura Neto (Hilda) e Geraldo Soares Silva (Átila) saíram do PCBR e foram para o PCdoB”.

A entrada de Jover Teles no PCdoB parece ser mais complexa do que as explicações contidas nos interrogatórios policiais. Gorender, ao se referir à reunião de abril de 1968, registrou:

Em meados de abril de 1968, num sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Presentes cerca de 25 pessoas, entre ex-membros do CC

do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia aliciaamento na Guanabara para o PCdoB. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade<sup>60</sup>.

Jacob Gorender observou que a formação do PCBR ocorreu tardiamente devido à “indefinição” de alguns militantes. Enquanto “outras organizações já estavam definidas”, disse ele, “nós ainda discutíamos”. Essa situação teria sido aproveitada pelo PCdoB que, com a colaboração de Jover Teles, “lançou sua rede”. “Jover Teles, já acertado com o PCdoB desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB”<sup>61</sup>.

No momento não é possível responder, com precisão, o instante em que ocorre a entrada de Jover Teles no PCdoB. Para militantes como Geraldo e Amorim, em seus depoimentos policiais, Jover Teles entrou para o PCdoB em maio de 1968, na situação definida como “racha do PCBR”. Para Gorender, um dos líderes da Corrente Revolucionária e membro da Direção Nacional do PCBR, Jover já estaria no PCdoB no momento da criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, atuando nesse último para atrair mais dissidentes para as fileiras do PCdoB<sup>62</sup>.

Inicialmente o PCdoB, criado em 1962 a partir da cisão ocorrida no PCB, buscou

alinhar-se internacionalmente com o Partido Comunista da União Soviética. O reconhecimento por parte do PCUS traria para o PCdoB o respeito e o apoio necessários para a legitimação da nova instituição. Todavia, a postura do PCUS se deu em sentido contrário. A URSS reconheceu apenas o PCB como o verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil, negando ao PCdoB o reconhecimento impetrado. Jean Rodrigues Sales observou que conversações com Cuba e China ocorreram simultaneamente com a tentativa de aproximação e reconhecimento por parte da URSS e que a opção pela linha chinesa ocorreu apenas a partir de 1963, com o rompimento entre o PCC e o PCUS<sup>63</sup>. O maoísmo chinês, diferentemente do foquismo cubano, “subordinou o fator militar ao fator político, ou seja, o partido deveria preceder a guerrilha”, sem romper com “a proposta de revolução por etapas, diferentemente do foquismo que propunha uma revolução imediatamente socialista”<sup>64</sup>.

O alinhamento com o Partido Comunista Chinês foi extremamente importante para firmar a defesa da posição da luta armada junto aos militantes do PCdoB. Aliada à estratégia que ficaria conhecida como “Guerra Popular Prolongada”, a adesão ao maoísmo possibilitou a organização do PCdoB, bem como a preparação e a eclosão da Guerrilha do Araguaia, tática que seria o pomo de novas divergências e crises entre os comunistas do PCdoB.

## Abstract

The article describes the context of disagreements that marked the PCB and that gave rise to dissident movements and institutions such as *Current National Revolutionary, the Brazilian Party Communist Revolutionary (PCBR) and PCdoB*. Are analyzed, in particular, documents produced by organs of repression, especially interviews and correspondence circulated by the Intelligence Services of the Armed Forces in the 1960 and 1970 that comprise the collection of the Police Fund Policies of the Public Archives of the State of Rio de Janeiro. The purpose of conducting the trimming of the text was to explore the circumstances of history of Manoel Jover Teles in trying to understand how their entry into the PCdoB occurred.

*Keywords:* Communism. Revolutionary Brazilian communist party. Communist dissent.

## Resumen

El artículo caracteriza el contexto de las divergencias que marcaran el PCB y que dieron origen a movimientos e instituciones disidentes como la Corriente Revolucionaria Nacional, el Partido Comunista Brasileño Revolucionario – PCBR – e el PCdoB. Son analizados documentos producidos por órganos de represión, especialmente interrogatorios y correspondencias que circularon por los Servicios de Inteligencia de las Fuerzas Armadas en las décadas de 1960 e 1970 y que componen el acervo del Fondo de

Policías Políticas del Archivo Público del Estado de Rio de Janeiro. El objetivo que conduzo el recorte del texto fue comprender como tendría ocurrido la entrada de Manoel Jover Teles en el PCdoB, por medio del análisis de circunstancias contextuales del pre-golpe de 1964.

*Palabras-clave:* Comunismo. PCBR. Disidencia Comunista.

## Notas

- <sup>1</sup> Este artigo é um recorte de uma versão modificada de um capítulo de minha tese de doutorado em História, apresentado e aprovada em março de 2012 em banca de qualificação no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Na ocasião, os membros da banca avaliadora foram a Profa. Dra. Marluza Marques Harres (orientadora), o Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e a Profa. Dra. Eliane C. Deckman Fleck (Unisinos). A pesquisa que realizo no Doutorado em História visa, dentre outros objetivos, compreender a trajetória individual de Manoel Jover Teles. Busca-se compreender processos e relações pouco perceptíveis em estudos de caráter mais estrutural em relação à História do Brasil, particularmente em relação ao comunismo, à militância comunista e à delação.
- <sup>2</sup> Conforme esclarece Dulce Pandolfi, “o PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961” (1995, p. 23).
- <sup>3</sup> Ver Chilcote (1982), Pacheco (1984), Cavalcante (1986), Gorender (1987), Segatto (1989), Pandolfi (1995), Pomar (2000), Reis Filho (1990; 2002), Sales (2007), dentre outros.
- <sup>4</sup> GORENDER, 1987, p. 21.
- <sup>5</sup> PALDOLFI, 1995, p.176.
- <sup>6</sup> Compartilhamos com a aceção de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho quando, inspirados em Norberto Bobbio, definiram “Esquerda” como “forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva e pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade” (apud FERREIRA e REIS FILHO, 2007, p. 11).
- <sup>7</sup> GORENDER, Jacob. Entrevista concedida ao autor em 24 fev. 2011.
- <sup>8</sup> Apud Carone, 1982, v. 2, p. 157.
- <sup>9</sup> PRESTES, Luís Carlos. Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o debate político. Imprensa Popular, RJ, 20 nov. 1956, p. 3.
- <sup>10</sup> PERALVA, Osvaldo. *O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil*. RS: Ed. Globo, 1962.
- <sup>11</sup> PERALVA, id., p. 185.
- <sup>12</sup> Carta de Jorge Amado a João Batista de Lima e Silva, publicada na Imprensa Popular dia 11 out. 1956, citada por Peralva, 1962, p. 186.
- <sup>13</sup> PERALVA, id., p. 230.
- <sup>14</sup> PERALVA, id., p. 231.
- <sup>15</sup> Voz Operária, 20 abr. 1957, p. 5. In: CARONE. 1982, p. 123-127.
- <sup>16</sup> POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil*. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.
- <sup>17</sup> Id., *Ibid.*, p. 270.
- <sup>18</sup> Id., *Ibid.*, p. 273.
- <sup>19</sup> Expressão cunhada por Jacob Gorender como título do capítulo 10 da obra “Combate nas trevas”.
- <sup>20</sup> As “Internacionais” foram resultado da repercussão das correntes socialistas que participaram da Associação Internacional dos Trabalhadores que, mais tarde, fora denominada de “Primeira Internacional”. Como nos explica Leandro Konder (2003), “apesar das sensíveis diferenças de opinião, os líderes dos movimentos operários procuravam se organizar internacionalmente, a partir da constatação de que a burguesia dos diversos países já estava organizada em escala mundial” (p. 16). A Primeira Internacional aglutinou representantes de várias tendências do pensamento socialista, teve como principal teórico Karl Marx e funcionou entre 1864 e 1872. A Segunda, fundada após a morte de Marx em 1889, segundo Konder, ainda existe e aglutina em torno de si os social-democratas. A Terceira, fundada pelos bolcheviques, conhecida como a Internacional de Lênin e Stálin, foi organizada em 1919 e autodissolveu-se em 1943. “A Quarta – a de Trotski – continua funcionando, mas tem enfrentado crises sucessivas [...]” (p. 24).
- <sup>21</sup> SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006, p. 52.

- <sup>22</sup> POMAR, V. op.cit., p. 270.
- <sup>23</sup> Id., *ibid.*, p. 274.
- <sup>24</sup> GORENDER, 1987, p. 73.
- <sup>25</sup> POMAR, V. op.cit., p. 276.
- <sup>26</sup> SALES, 2007, p. 68-69.
- <sup>27</sup> SALES, *id.*, p. 69.
- <sup>28</sup> Ver PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- <sup>29</sup> SALES, *id.*, *ibid.*
- <sup>30</sup> PANDOLFI, 1995, p. 179.
- <sup>31</sup> É importante salientar que o PCB foi declarado extinto em Janeiro de 1992 e que, muito embora tenha sido extinto enquanto instituição, sobreviveria como orientação identitária para os militantes do PCdoB, partido tributário da memória e da cultura comunista do “Partidão” desde a cisão responsável por sua origem. Ver, nesse sentido, os trabalhos de Pandolfi (1995) e Sales (2003).
- <sup>32</sup> SALES, *id.*, p. 70.
- <sup>33</sup> O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. v. 4 – A ação violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967, p. 373.
- <sup>34</sup> GORENDER, 1987, p. 87.
- <sup>35</sup> Ainda não foi possível concluir o que ocorrera com Jover Teles neste sentido. Qual designação teria recebido? Aponta-se aqui esta lacuna que deve ser preenchida no decorrer da pesquisa.
- <sup>36</sup> GORENDER, 1987, p. 88.
- <sup>37</sup> GORENDER, *id.*, p. 88-89.
- <sup>38</sup> GORENDER, *id.*, *ibid.*
- <sup>39</sup> FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. 207 p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 27. A expressão “heterogênea” parece assertiva especialmente por que da Corrente teriam origem diferentes organizações políticas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), etc.
- <sup>40</sup> INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 274 (Jarbas Amorim, de acordo com as notas policiais no documento pesquisado, pertenceu ao PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR e MR-8).
- <sup>41</sup> BOLETIM RESERVADO Nº 65. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65, s. p.
- <sup>42</sup> KONSTAN, David. *Ressentimento – história de uma emoção*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 61.
- <sup>43</sup> FERREIRA, 2002, p. 133.
- <sup>44</sup> Roger Petersen, citado por Konstan, *id.*, *ib.*
- <sup>45</sup> É necessário salientar que não queremos dizer que o ressentimento explique, sozinho, as declarações dos depoentes. Reconhecemos que ao pesquisar documentos das Polícias Políticas estamos, invariavelmente, lidando com arquivos de regimes repressivos que utilizavam diferentes métodos para obter determinadas informações dos depoentes, dentre eles a tortura. Objetivamos, desse modo, salientar a presença do ressentimento nos discursos dos depoentes, ressentimentos que, em relação ao PCB, ajudam a entender os principais pontos divergentes que levaram à cisão de 1962 e à formação de outras instituições partidárias, como o PCBR.
- <sup>46</sup> INTERROGATÓRIO Nº 69/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974, das 13h às 17h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.
- <sup>47</sup> *Id.*, *ibid.*, f. 214.
- <sup>48</sup> *Id.*, *ibid.*, f. 210.
- <sup>49</sup> *Id.*, *ibid.*, f. 212-214.
- <sup>50</sup> INTERROGATÓRIO Nº 68/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974, das 8h às 11h30min. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 217.
- <sup>51</sup> INTERROGATÓRIO Nº 68/74, *id.*, f. 217 e 216.
- <sup>52</sup> O conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu configura uma medida ou espécie de poder ligado ao prestígio e/ou carisma que um sujeito ou instituição possui em um campo determinado. Esse capital, como uma distinção, permite ao indivíduo desfrutar de certa posição de destaque em certo campo, e tal projeção é reforçada por signos peculiares que reafirmam a posse deste capital. Ver Bourdieu (2011a; 2011b).
- <sup>53</sup> Conforme INTERROGATÓRIOS Nº 77 E 79/74 – DOI/CODI I EX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.



- <sup>54</sup> INTERROGATÓRIO Nº 77/74 - DOI/CODI I EX, id., p. 6, f. 269.
- <sup>55</sup> Sobre a expulsão de Manoel Jover Teles do PCB recaem algumas interrogações que necessitariam de outro artigo para uma reflexão.
- <sup>56</sup> INTERROGATÓRIOS Nº 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.
- <sup>57</sup> INTERROGATÓRIO Nº 79/74 - DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (Jair, Ribas, Bruno). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974, das 13h às 18h30. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 261-262.
- <sup>58</sup> DELLA VECHIA, Renato da. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 93.
- <sup>59</sup> INTERROGATÓRIO Nº 69/74, id., f. 260-261. O interrogatório também apresenta a estruturação e reestruturação do PCBR a partir de seus comitês a nível nacional, estadual e municipal entre os anos de 1968 e 1969.
- <sup>60</sup> GORENDER, 1987, p. 102.
- <sup>61</sup> GORENDER, id., p. 101.
- <sup>62</sup> Alguns Inquéritos Policias sobre Manoel Jover Teles ainda não foram liberados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ para esta pesquisa. No momento aguarda-se a avaliação do comitê de ética do setor de pesquisa da referida instituição que examina a solicitação do autor quanto à autorização da leitura destas fontes documentais. Acredita-se que com o acesso a essas fontes muitas informações poderão surgir para complementar o texto que se apresenta, especialmente trazendo dados que poderão decifrar rastros e preencher lacunas em relação a esse capítulo.
- <sup>63</sup> SALES, 2007, p. 74-75.
- <sup>64</sup> SALES, id., p. 75.

## Bibliografia

- CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: Difel, v. 2, 1982.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF/PROED, 1986.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DELLA VECHIA, Renato da. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *BOLETIM RESERVADO Nº 65*. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório Nº 68/74 - DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório Nº 69/74 - DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório Nº 77/74 - DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório Nº 79/74 - DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Al-*

- ves (1923-1970). 2007. 207 p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)* - Col. As esquerdas no Brasil. v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 2. ed., 1987.
- GORENDER, Jacob. *Sobre a militância comunista e Jover Teles*. Entrevista concedida ao autor em 24 fev. 2011. São Paulo, residência do entrevistado, 2011.
- KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- KONSTAN, David. Ressentimento - história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- O COMUNISMO no Brasil. *Inquérito Policial Militar 709*. v. 4 - A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- PERALVA, Osvaldo. *O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.
- POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil*. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2000.
- PRESTES, Luís Carlos. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o debate político*. Imprensa Popular, RJ, 20 nov. 1956.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 5: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- SALES, Jean Rodrigues. *O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política*. Diálogos. Maringá, 2003, p. 155-171.
- \_\_\_\_\_. *Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2006.